



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , de 2021 (DO SR. LUCAS VERGILIO)

Susta o inciso III do artigo 2º, o artigo 9º caput e seus incisos I e II e o parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, que “dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público” por exorbitarem competências normativas conforme disposto na Constituição Federal brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam sustados o inciso III do artigo 2º, o artigo 9º caput e seus incisos I e II e o parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, que “dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público”, por exorbitarem competências normativas conforme disposto na Constituição Federal brasileira.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Lei nº 14.063/2020, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 23/09/2020, dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde. Com o objetivo de regulamentar a aplicação da Lei no âmbito do Poder Executivo Federal, foi editado o Decreto nº 10.543/2020. Contudo, há dispositivos do Decreto que exorbitam as competências do instrumento normativo e estendem seu alcance para outros entes e órgãos de poderes autônomos da República, abaixo explorados.

1. Inciso II do artigo 2º

O primeiro aspecto refere-se à imposição de que qualquer órgão, ente ou outro Poder que venha a se relacionar com o Poder Executivo Federal deva submeter-se às suas regras, estabelecendo uma hierarquia inexistente no pacto federativo da República Federativa Brasileira, senão vejamos no trecho grifado abaixo:

Art. 2º Este Decreto aplica-se à:

I - interação eletrônica interna dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

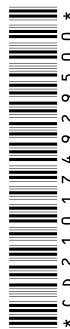
[...]

III - interação eletrônica entre os entes públicos de que trata o inciso I e **outros entes públicos de qualquer Poder ou ente federativo.** [grifo nosso]

A leitura do trecho grifado no inciso III do artigo 2º torna expressa a tentativa de imposição das regras do Poder Executivo Federal, por meio de Decreto, aos demais órgãos, e outros entes públicos de qualquer Poder ou ente federativo, violando frontalmente os artigos 1º, 2º e 18 da Constituição Federal Brasileira, que determinam a independência e autonomia dos entes e poderes da República.

2. Parágrafo único do artigo 10

Antevendo a possibilidade de existirem conflitos entre normas, o parágrafo 5º do artigo 5º da Lei nº 14.063/2020, objeto de regulamentação do Decreto nº 10.543/2020, dispõe expressamente sobre a regra de solução do conflito sobre a modalidade de assinatura eletrônica utilizada, de modo a estabelecer que nestas hipóteses, prevalecerá o uso de assinaturas eletrônicas qualificadas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Contudo, o Decreto nº 10.543/2020, diferentemente da determinação legal, estabeleceu em seu artigo 10 e parágrafo único que as soluções de dúvidas e controvérsias deveriam ser submetidas para o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a quem competiria, inclusive, a edição de atos complementares para o cumprimento do Decreto, englobando também os demais entes e poderes com que o Executivo Federal estabelecer relacionamento eletrônico, extrapolando as suas atribuições constitucionais.

3. Artigo 9º caput e seus incisos I e II.

Por fim, o Decreto nº 10.543/2020 também extrapolou seu poder de dispor sobre organização e funcionamento da administração federal (art. 84, VI, “a”, CF/88) ao criar, sem amparo legal, novas competências para autarquia regulada por Lei específica¹ (artigo 37, inciso XIX, CF/88). Logo, a adição de competências fora do espectro delimitado na Lei regente viola os limites regulamentares do Decreto objeto de debate.

Sustar os dispositivos destacados não impedirá que o ato normativo gere efeitos completos e pretendidos à sua esfera de competência, afastada qualquer usurpação de competência legislativa dos poderes do Congresso Nacional.

Aprimorados os artigos e incisos que atendem ao poder regulamentar do Decreto nº 10.543/2020, sob fundamento do artigo 49, V da Constituição Federal e dos artigos 108 e 109, § 2º do Regimento Interno, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2021.

LUCAS VERGÍLIO
Deputado Federal
Solidariedade-GO

¹ Medida Provisória nº 2.200-2/2001, perenizada como Lei por determinação da Emenda à Constituição nº 32/2001.

